

O modelo de aparelho psíquico de Piera Aulagnier

“No momento em que a boca encontra o seio, ela encontra e absorve um primeiro gole do mundo. Afeto, sentido, cultura estão co-presentes e são os responsáveis pelo gosto das primeiras gotas de leite” (Aulagnier, 1975: 43).

3.1

Piera Aulagnier (1923- 1991)

Piera Spairani nasceu em outubro de 1923, em Milão. Viveu seus primeiros anos de vida no Egito durante a guerra, antes de cursar em Roma estudos psiquiátricos que acabaram por levá-la à psicanálise. Formou-se em medicina, na cidade de Roma, defendendo tese em neuropsiquiatria. Em 1950 foi para Paris a fim de aprofundar seus conhecimentos científicos. Casou-se com um francês de Borgonha, de quem guardou o sobrenome Aulagnier, e com ele teve seu único filho, atualmente formado em psiquiatria. Depois de alguns anos separou-se e casou-se com o filósofo, escritor e psicanalista Cornelius Castoriadis, com quem compartilhou inúmeras discussões teóricas. Depois de anos de casamento, há uma segunda separação conjugal na vida de Piera.

Durante os 10 primeiros anos como psiquiatra, dedicou-se a trabalhar com pacientes psicóticos. Entre 1955 e 1961 fez análise com Lacan, posteriormente analisou-se com Serge Videman. Fez sua formação na Sociedade Francesa de Psicanálise – S.F.P., tendo iniciado sua prática analítica após algum tempo de análise com Lacan. Em 1961, Piera publicou o seu primeiro artigo “*Remarques à propôs de la structure maníaco-dépressive*”, na revista *Recherches sur les maladies mentales*, e nunca mais voltou a abordar este assunto. Em 1962 organizou, junto com Jean Clavreul, seminários em *Saint Anne*, espaço que se tornou o lugar privilegiado de sua transmissão.

Aulagnier figurou entre os membros titulares da S.F.P. até 1963, ano da grande cisão que separou os psicanalistas franceses em lacanianos e não-lacanianos. Nesse mesmo ano, junto com Lacan, Leclaire, Perrier, Valabrega,

Rosolato e Clavreul, fundou a *École Freudienne de Paris* – E.F.P. Ali, dirigiu a revista *L’Inconscient* que depois de oito números interrompeu sua publicação em meio as tormentas que se haviam instalado na Escola em torno da questão do passe - conforme “Proposição de 7 de outubro de 1967”-, culminando com a cisão em 1968.

Em janeiro de 1969, Aulagnier e outros dez psicanalistas da EFP fundaram o Quarto Grupo (*Quatrième Groupe*), um grupo independente, sem adesão à IPA ou à ortodoxia lacaniana. Ao contrário, o grupo sustentava a pluralidade de referências. A psicanalista tomou em suas mãos a direção da revista *Topique*, prontamente lançada após a cisão. O nome *Topique* não é aleatório, ele reenvia às diferentes zonas da metapsicologia freudiana e a uma representação plural da psicanálise.

No início de seu percurso, Aulagnier escreveu seus artigos mais polêmicos, fruto de sua divergência com a forma que a prática lacaniana foi assumindo. Posteriormente, todas as suas publicações giraram em torno de uma renovadora proposta metapsicológica, testemunho de um pensamento sistemático e essencialmente anti-dogmático e de um trabalho de elaboração sobre os fundamentos que não perdem a referência constante aos fatos clínicos que o suscitaram.

Durante 30 anos, de 1961 a 1991, Aulagnier publicou quatro livros – todos traduzidos para o português. Ao todo, ela publicou cinquenta artigos, vinte dos quais traduzidos para o português. Seus livros são: *A violência da interpretação – do pictograma ao enunciado* (1975), *Os destinos do prazer* (1979), *O aprendiz de historiador e o mestre-feiticeiro – do discurso identificador ao discurso delirante* (1984) e *Um intérprete em busca de sentido I e II* (1986). O trabalho “*Nacimiento de um cuerpo, origen de uma historia*” (1986), publicado por Luis Hornstein et al., *Cuerpo, historia e interpretación* (Buenos Aires, Paidós, 1991) também compõe a obra dessa autora.

Uma vez feita esta rápida apresentação, passarei à exposição do modelo metapsicológico proposto pela autora.

3.2

Um novo modelo metapsicológico

Aulagnier concebeu este modelo de aparelho psíquico estimulada pela sua experiência clínica com a psicose. Ao invés de alinhar-se aos discursos que definiam a psicose pelo índice de um “a-menos” em relação a um modelo pré-estabelecido, considerado “normal”, ela apostou na possibilidade de se falar em um “a - mais” que diz respeito à criação psicótica, ao trabalho de re-interpretação operado pela psicose. Segundo ela, este “a mais” teria a função de denunciar as diversas teorias que, em nome do desejo da mãe, da opressão social, do *double bind*, pretendiam reduzir a psicose e, sobretudo, a esquizofrenia, à resposta passiva forjada e pré-formada pelo desejo, pelo discurso e pela loucura dos outros.

O contato com o discurso psicótico permitiu à autora perceber que, independente do conteúdo manifesto de seus enunciados, ela recebia este discurso como uma “palavra-coisa-ação” (Aulagnier, 1975: 18) que, irrompendo em seu espaço psíquico, convocava-a a re-pensar sobre um tipo de resposta que parecia anacrônico e, muitas vezes, reduzido ao silêncio. Ou seja, foi o discurso psicótico que levou a autora a postular uma forma de atividade psíquica forcluída do conhecimento, apesar de sempre operante, como um “fundo representativo” que se mantém em paralelo aos outros dois tipos de produção psíquica que são os processos primário e secundário.

Assim, em “A violência da interpretação” (1975), Aulagnier re-interroga o modelo metapsicológico elaborado por Freud a fim de “encontrar um acesso à análise da relação que o psicótico mantém com o discurso, que permita à experiência analítica uma ação mais próxima da ambição de seu projeto” (Aulagnier.1975:13). Para dar conta desta tarefa, ela propõe um novo modelo do aparelho psíquico, a partir de uma concepção muito própria do conceito de representação, particularmente, a representação pictográfica, que merece destaque.

3.2.1

A atividade de representação

Para entender o que Aulagnier denomina como “atividade de representação”, é preciso atentar para aquilo que ela chama “a situação de

encontro”. Isto porque o encontro está na base dos três tipos de atividade de representação, correlativos aos três processos do funcionamento psíquico: o originário, o primário e o secundário. “O próprio do ser vivo é sua situação de encontro contínuo com o meio físico-psíquico que o cerca” (Aulagnier, 1975: 20).

Isso significa partir do princípio de que o psiquismo e o mundo¹² encontram-se e nascem um com o outro, um para o outro. Neste sentido, eles são o resultado de um estado de encontro que Aulagnier postula como sendo “co-extensivo ao estado de existente” (Aulagnier, 1975: 22). Segundo ela, no primeiro momento, o mundo apresenta-se ao psiquismo sob a forma de dois fragmentos particulares: seu próprio espaço corporal e o espaço psíquico dos que o cercam – geralmente o espaço psíquico materno.

Patrick Miller (2001), em “*Métabolisations psychiques du corps dans la théorie de Piera Aulagnier*”, chama atenção para o fato desta definição conter um elemento importante do encontro: o seu caráter contínuo. A situação do encontro é permanente e dura por toda a vida. Esse aspecto adquire, para Aulagnier, uma concepção trágica condensada nas expressões: “condenado a investir”, “condenado a desejar”, “condenado a representar”.¹³

É a partir dos efeitos resultantes deste duplo encontro com o corpo e com as produções da psique materna que o psiquismo forjará a primeira representação de si mesmo como atividade representante. Neste momento inaugural a única qualidade destes espaços, do qual o processo originário quer e pode ser informado, são o prazer e o desprazer do afeto, presentes no momento deste encontro:

Uma primeira ‘intrincação representativa’ sujeito-objeto é o primeiro alvo a ser atingido por Eros e, a partir deste momento, ela se torna ponto de mira de Tanatos. Daí decorre a minha hipótese sobre o processo originário e o pictograma. Esta leitura do conflito explica a importância que dou aos efeitos recíprocos de inter-ação, sublinhando o termo recíproco, em ação do primeiro ao último dia de nossa existência (Aulagnier, 1992: 17).

As atividades do processo primário e do processo secundário estabelecem-se em função da necessidade que o psiquismo tem de reconhecer dois outros aspectos particulares do objeto: o seu caráter de extra-territorialidade, o que sugere o reconhecimento da existência de um espaço separado do seu próprio; e a

¹² Pelo termo “mundo” Aulagnier designa o conjunto do espaço extra-psique.

¹³ Cf. Aulagnier, P. “Condenado a investir” In: Um interprete em busca de sentido I, 1990.

propriedade de significação que possui este mesmo objeto, o que implica em reconhecer que este espaço exterior é regido pela relação entre as significações que o discurso atribui a estes elementos. O encontro se opera, portanto, entre a atividade psíquica e os elementos por ela metabolizáveis e que informam das “qualidades” do objeto causa do afeto. Ou seja, neste momento inaugural, o psiquismo só tem acesso ao campo das intensidades.

A partir de tudo isso, Aulagnier define pelo termo “representabilidade”, independente do sistema que esteja em jogo, “a possibilidade que certos objetos terão de serem incluídos no esquema relacional próprio ao postulado do sistema: a especificidade própria ao sistema decidirá quais os objetos que poderão ser conhecidos pela psique” (Aulagnier, 1975: 35). Com esta definição, a autora chama atenção para o fato de que só há atividade psíquica através da apropriação ou incorporação¹⁴ de uma matéria exógena. Ela faz uma ressalva: esta matéria não é amorfa. “Trata-se de informações emitidas pelos objetos, suportes de investimento, objetos cuja existência deve ser reconhecida pela psique” (Aulagnier, 1975: 35).

A concepção de representação proposta por Aulagnier é a seguinte: “Por atividade de representação, nós compreendemos o equivalente psíquico do trabalho de metabolização próprio à atividade orgânica” (Aulagnier, 1975, 26). Mas, o que vem a ser este trabalho de metabolização? É a função através da qual um elemento heterogêneo à estrutura celular é rejeitado ou, ao contrário, transformado num material que se torna a ela homogêneo. Segundo a autora, esta definição pode ser aplicada *ipsis literis* ao trabalho que o psiquismo efetua, com uma diferença: neste caso, o elemento metabolizado é um elemento de informação, sempre de ordem libidinal. Os elementos que não estão aptos a sofrer esta metabolização não podem ter um representante no espaço psíquico, não tendo, portanto, existência para o psiquismo.

Em entrevista a Luis Hornstein¹⁵, ela explica por que utiliza o termo “metabolização”: para ressaltar o fato de o psiquismo ser, em todos os seus processos, uma atividade de representação. Ela conta que André Green - figura estimada por ela -, havia lhe sugerido o termo “transformação”, para indicar que o

¹⁴ Aulagnier não está se referindo à concepção de incorporação de Sandor Ferenczi, quando este estabelece uma distinção entre incorporação e introjeção, nos idos de 1909.

¹⁵ Cf. “Dialogo com Piera Aulagnier”, in: <http://www.pieraaulagnier.com>.

psiquismo transforma uma informação exterior em representação. Ela prefere o termo metabolização, pois acredita que ele tem um sentido mais consistente, mais fundamental que transformação, ainda que aluda à transformação do heterogêneo no próprio. Entendo que o termo “metabolização” justifica-se na medida em que chama atenção para a condição fundamental da atividade psíquica: estar em relação, ainda que, o *infans* não possa ter conhecimento disto:

A característica da psique, assim como a sua primeira tarefa é metabolizar em elementos de auto-informação as excitações de fonte endógena e os estímulos vindos do mundo externo. Neste momento, esta auto-informação concerne à auto-apresentação que a psique forja de si mesmo, como **capacidade de experienciar** o afeto resultante do encontro com o espaço somático e o espaço do mundo (Aulagnier, 1992: 18 – grifos da autora).

Isso significa que todos os processos psíquicos têm como tarefa a produção de representações. Sendo assim, a função da atividade de representação é metabolizar um elemento heterogêneo à estrutura de cada sistema em um elemento homogêneo. Cabe ressaltar que o termo elemento engloba dois conjuntos de objetos: aqueles cuja contribuição é necessária ao funcionamento do sistema, e aqueles cuja presença se impõe e cuja ação se manifesta de tal forma, que o sistema não pode ignorá-lo.

A atividade psíquica é constituída por três processos de metabolização: o processo originário, o processo primário e o processo secundário, correspondentes ao modo de funcionamento do aparelho psíquico. Aulagnier estabelece uma correlação entre estes processos e os espaços onde eles se desenvolvem. Assim, os espaços designados como ‘originário, primário e secundário’ são os lugares hipotéticos onde nascem, respectivamente, a representação pictográfica ou pictograma, a representação fantasmática ou fantasia e a representação ideativa ou enunciado. As instâncias que produzem estas representações são, respectivamente, o representante, o fantasiante e o enunciante ou o Eu.

A partir desta perspectiva, Aulagnier atribui a cada sistema um postulado:

- “todo existente é auto-engendrado pela atividade do sistema que o representa”: postulado que rege o processo originário;
- “todo existente é um efeito da onipotência do desejo do Outro”: postulado do processo primário;

- “todo existente tem uma causa inteligível, tornada acessível pelo discurso”: postulado do processo secundário (Aulagnier, 1975: 29).

É importante lembrar que estes três processos não estão presentes desde o início, eles se sucedem temporalmente. Sua aparição está ligada à necessidade que se impõe à psique de conhecer uma propriedade do objeto exterior, propriedade esta que o processo anterior ignorava. Contudo, a instalação de um novo processo não significa o desaparecimento do anterior: cada um desenvolve a atividade que lhe é própria em espaços diferentes. Assim, a informação extra-psíquica que se impõe ao psiquismo continuará a ser metabolizada em três representações homogêneas à estrutura de cada processo. É preciso atribuir a mesma importância para todos os elementos heterogêneos que cada sistema metaboliza. Independentemente de serem externos ou internos ao espaço psíquico, os elementos podem ser heterogêneos a um dos três sistemas. Por exemplo, os objetos que são a produção do originário são heterogêneos ao secundário, na medida em que as leis que regem estes sistemas são diferentes. Quanto aos objetos da realidade física, o tratamento que lhes é dado é o mesmo daqueles provenientes da realidade psíquica.

Assim, cada sistema impõe ao objeto sua estrutura para poder representá-lo. Cada sistema tem um sistema relacional imutável que lhe é próprio e que é imposto ao objeto representado. Portanto, a identidade estrutural entre o representante e o representado tem como consequência que toda representação é representação do objeto e da instância que o representa.

O termo metabolização aparece toda vez que a questão é representar um processo de transformação e uma produção psíquica em todos os três registros. Patrick Miller (2001) lembra que Aulagnier, antes de enveredar pela psicanálise, dedicava-se à pesquisa fundamental em biologia, esclarecendo em parte o modelo biológico que ela utiliza em suas formulações teóricas sobre o processo de representação. Contudo, esta utilização da noção de metabolização não conduz Aulagnier a um ponto de vista “biologizante”, no sentido reducionista do termo.

De acordo com o autor, para melhor compreender até onde a atividade de representação está “incorporada” em Aulagnier é preciso lançar mão da noção de empréstimo, empréstimo feito ao modelo somático e, mais precisamente, ao modelo sensorial. O trabalho de metabolização é dependente da exigência de

representabilidade, determinada pelos riscos da sobrevivência e da auto-conservação (Miller, 2001: 35).

Parto, então, para o processo inaugural do psiquismo humano: o processo originário. Acredito que este momento do funcionamento psíquico pode ampliar o próprio conceito de representação, fornecendo instrumentos férteis para refletirmos sobre a clínica que hoje convoca os psicanalistas.

3.2.2

O processo originário e o pictograma

Sabe-se que, para Freud (1923), o eu é antes de tudo um eu corporal. Ele não existe desde o início como uma unidade precisando, por isso, constituir-se através de uma nova “ação psíquica” (1914). Para Aulagnier, o eu também não existe desde o início, devendo constituir-se por meio de uma dialética identificatória. A autora parte do pressuposto de que toda história significativa se constrói a partir do nascimento de um corpo que precisa ser investido libidinalmente. Esta história só pode ser contada por um biógrafo – o Eu -, que possa reconhecer como seus os eventos que marcaram significativamente a sua vida. Para tanto, é preciso que o psiquismo e o corpo possam se relacionar como pólos separados, marcando a passagem do corpo sensorial ao corpo relacional:

Ao lado do corpo biológico da ciência e das definições analíticas do corpo erógeno, outra imagem se impõe a nosso olhar: a de um conjunto de funções sensoriais, elas mesmas veículo de uma informação contínua que não pode faltar, não só porque esta informação é condição para a sobrevivência da vida somática, mas também porque ela é condição necessária para uma atividade psíquica que exige que o informado e o informante sejam libidinalmente investidos (Aulagnier, 1975: 20).

Ela considera que, antes do processo primário postulado por Freud entrar em cena, um modo ainda mais arcaico do funcionamento psíquico registra ou representa no psiquismo o encontro inaugural boca-seio, por meio de um pictograma ou representação pictográfica. Trata-se da fundação do psiquismo. Esse encontro originário, em princípio, acontece no momento do nascimento. A autora, contudo, autoriza-nos a deslocá-lo até a primeira e inaugural experiência de satisfação: o encontro boca-seio. Esta experiência coloca em ação uma ou mais

funções do corpo, em decorrência de excitações sensoriais. Graças à exigência de representabilidade, sua atividade própria de representação inscreve na psique uma “imagem da coisa corporal”. Entretanto, vale lembrar que esta imagem ainda não é a “representação de coisa” freudiana, obra do processo primário. A inscrição psíquica deste processo é sensorial, fonte de prazer ou de desprazer:

O que especifica a representação pictográfica é a figuração de uma percepção pela qual se apresentam, no originário e para o originário, os afetos que ali se localizam de forma sucessiva, atividade inaugural da psique, para a qual, como sabemos, toda representação é sempre auto-referente e indizível, não podendo responder a nenhuma das leis a que deve obedecer ao dizível, por mais elementar que seja (Aulagnier, 1975: 60).

É importante registrar que a autora distingue com precisão o que é representação do que é da ordem do dizível. Nas atuais elaborações sobre o irrepresentável, ele freqüentemente é tomado como sinônimo do que é indizível. Entretanto, desde a metapsicologia freudiana, esses dois registros não se confundem.¹⁶

No nível do originário, o encontro da boca (órgão sensorial, zona) com o seio (objeto complementar, externo e com poder de estimulação) e o prazer ou desprazer daí proveniente será o protótipo do elemento de informação¹⁷ libidinal passível de ser representado. Para a atividade pictográfica, no entanto, é impossível representar a boca separada do seio, uma vez que o processo originário não admite o signo de relação. Desta forma, boca-seio será representada pictograficamente, como se fosse uma unidade, cujas partes, por um lado, se unem e se fundem, se houver prazer e, por outro, se rejeitam e se repelem, se houver desprazer.

O aparelho psíquico visa fundamentalmente a preservação e o alcance de prazer que é inerente à própria atividade de representar, através de um “prazer mínimo” necessário para garantir a sua existência. O pólo de desprazer, por outro lado, também precisa ser incluído: ao lado do desejo de obter prazer há o desejo

¹⁶ Sobre esse ponto, Aulagnier faz referência ao texto de Freud “Formulação sobre os dois princípios do funcionamento mental” (1911), chamando atenção para a ambigüidade à qual somos conduzidos se, como ele, designamos pelo mesmo termo de “idéia” as representações mais arcaicas, as mais inconscientes, e aquelas forjadas pelo processo secundário. Ela acha que essa equivalência da nomenclatura pode conduzir à confusão (Aulagnier, 1979: 60-1).

¹⁷ “O termo ‘informação’ tem por finalidade privilegiar o papel desempenhado pelas funções sensoriais” (Aulagnier, 1975: 48).

de não ter que desejar. Desta forma, Aulagnier aceita e faz trabalhar a dualidade pulsional postulada por Freud: o aparelho psíquico é regido pelas pulsões de vida e de morte. Os três processos terão que levar em conta esta dualidade e poderão fazer duas representações opostas da relação entre o representante e o representado: uma de unificação prazerosa entre as duas partes e outra “na qual a meta do desejo será o desaparecimento de todo objeto que possa suscitá-lo, o que faz com que toda representação de objeto apareça como causa do desprazer do representante” (Aulagnier, 1975: 32).

A autora parte da hipótese de que a vida do organismo tem como fundamento uma oscilação contínua entre duas formas elementares de atividade, às quais ela denominou o “apropriar-se” e o “rejeitar”, para designar aquilo que seria da ordem do investimento e do desinvestimento libidinal, respectivamente.

Esta “zona-objeto-complementar” é a representação primordial através da qual o psiquismo figura toda experiência de encontro entre ele e o mundo. Ela é a proto-representação que está na base da atividade fantasmática própria ao processo primário, isto é, a fantasia originária de uma cena primária. A complementariedade zona-objeto e seu corolário, ou seja, a ilusão de que toda zona auto-engendra o objeto a ela adequado, faz com que o desprazer que resulta da ausência de objeto ou de sua inadequação, por excesso ou falta, apresente-se como ausência, excesso ou falta da própria zona da experiência.

Em função disso, a psique atribuirá o prazer e o desprazer decorrentes dos sucessivos encontros consigo mesmo, com o próprio corpo, com o Eu dos outros e com a realidade, à atividade do sistema que o inscreve psiquicamente, ou seja, eles serão representados como tendo sido auto-engendrados. Por isso, o originário é regido pelo postulado do auto-engendramento. Isto significa dizer que tudo o que afeta o psiquismo modificando seu estado afetivo será atribuído ao auto-engendramento, ou seja, ao poder da atividade das zonas sensoriais de engendrar as suas próprias experiências. Se, neste momento, o próprio corpo e a realidade são representados como se formasse uma unidade, a realidade é igual aos seus efeitos sobre a organização somática:

Antes de o processo primário entrar em ação erotizando a dor, ligando-a ao desejo de outro, o estado de dor só é compatível com a sobrevivência psíquica se for de curta duração. O meio psíquico ambiente e, mais freqüentemente, a mãe precisará re-oferecer às zonas erógenas um objeto de prazer permitindo

novamente à psique se auto-apresentar como auto-engendrando o seu prazer. Caso contrário, a atividade de desinvestimento sob a égide da pulsão de morte colocaria um término à vida (Aulagnier, 1992: 19).

A hipótese do originário é importante para refletir sobre a clínica da psicose, mais precisamente, o que se convencionou chamar como a clínica do ato¹⁸, na medida em que este processo é regido pela lei do “tudo ou nada”, o que implica o risco de uma irrupção repentina e desestruturante de um afeto incontável no espaço do Eu que pode levar o sujeito ao abismo da fusão ou da morte. Cabe lembrar que esta forma de representação própria ao originário – o pictograma -, nunca irrompe no espaço do Eu e o sujeito jamais possui um conhecimento direto dela. O que acontece é que, nesses casos, há uma atração do originário, e o Eu busca significar a angústia que o toma sem encontrar palavras que não sejam idéias delirantes. Se, por um lado, o originário define uma forma de atividade comum a todo sujeito, por outro, é importante não esquecer que a eficácia do conceito só pode ser compreendida se for posta à prova na prática com a psicose. O mesmo ocorre com o lugar que a autora atribui ao corpo e à organização sensorial que fornecem os modelos somáticos que o processo originário repete em suas representações.

A atividade do originário tem como função metabolizar apenas as vivências afetivas. O afeto, vivência própria ao originário, é representado por uma ação do corpo, mais precisamente, pela ação de atração (investimento) e rejeição (desinvestimento) entre representante e representado. Esta atração ou rejeição são representações pictográficas dos dois sentimentos fundamentais que o discurso nomeia como amor e ódio. Deste empréstimo feito às funções do corpo ocorre que, no originário, a única representação possível do mundo é aquela que pode dar-se como reflexo especular do espaço corporal. Esta metabolização, operada pela atividade de representação, persiste durante toda a vida, formando o que Aulagnier chama “fundo representativo” forcluído do poder de conhecimento do Eu (Aulagnier, 1975: 78).

Aulagnier designa esta complementariedade entre o órgão receptor e o objeto, entre a zona-objeto-complementar pelo termo “especularização”, apesar dele ser anterior ao estágio do espelho concebido por Lacan. Na medida em que

¹⁸Aulagnier parece não fazer uma distinção entre “acting-out” e “passagem ao ato”. Ela utiliza o primeiro termo pelo segundo.

um não pode existir sem o outro, eles são representados pelo processo originário como complementares, inseparáveis e diretamente dependentes um do outro. Qualquer alteração em um dos elementos será registrada como ocorrida também no outro e o indivíduo pode, por exemplo, vir a se mutilar quando o objeto está lhe causando desprazer. As consequências deste fenômeno podem ser encontradas nas vivências psicóticas.

Esta complementariedade é atribuída ao empréstimo que o aparelho psíquico faz ao modelo sensorial. A autora estabelece uma diferença entre esta noção de empréstimo e a idéia freudiana de apoio. A primeira indica que necessidade corporal e pulsão realmente tocam-se e são dependentes num ponto. A segunda parte do princípio de que o psiquismo aproveita-se do caminho aberto pela percepção da necessidade para que, por apoio, a pulsão o informe de suas exigências.

Isto significa dizer que se está diante do momento de fundação do psiquismo, momento que remete ao campo dos afetos, das intensidades, dos excessos sem, contudo, abrir mão da atividade de representação.

De acordo com Laplanche e Pontalis (1992), representação (*Vorstellung*) é o “termo clássico em filosofia e em psicologia para designar ‘aquilo que se representa, o que forma o conteúdo concreto de um ato de pensamento’ e ‘em especial a representação de uma percepção anterior’.

A noção de representação em Freud já não se coaduna com a definição acima, que lhe é anterior. Ele compreende a pulsão como composta de representação e afeto, e a representação é o que é recalcado da pulsão. Há, portanto, representações inconscientes, coisa que nem a filosofia nem a psicologia haviam jamais concebido. Pelos mesmos motivos, não poderíamos afirmar que a noção de pictograma é compatível com esta definição.

A noção freudiana de representante-representação (*Vorstellungrepräsentanz*) é assim definida: “representação ou grupo de representações em que a pulsão se fixa no decurso da história do sujeito, e por meio da qual se inscreve no psiquismo” (Laplanche e Pontalis). Ainda neste verbete encontramos uma referência ao artigo de 1915, “Repressão”, no qual Freud vê nos “representantes-representações” não apenas os conteúdos do inconsciente, mas o que nele é constitutivo, remetendo-nos ao recalque originário. “Temos motivos suficientes para supor que existe um recalque primevo, uma

primeira fase do recalque que consiste em negar entrada no consciente ao representante psíquico (ideacional) da pulsão” (Freud, [1915] 2006: 171).

A representação pictográfica de Aulagnier parece estar incluída nesta noção. Horus Vital Brazil (1992), em um artigo no qual presta uma homenagem à autora, compartilha essa hipótese:

Este fundo de representações para sempre excluído da dimensão da consciência reconhece as pulsões parciais enfatizando a materialidade significativa na relação psique/corpo, e diferencia a representação fantasmática da representação ideativa, se opondo a qualquer reducionismo no pensamento psicanalítico (...). Usando a concepção de ‘representante da representação’ podemos concordar com Aulagnier quando ela afirma que a atividade do psiquismo deixa de ser um esforço do Eu para representar o mundo, passando a ser um trabalho de ‘elaboração interpretativa’ (...), o que dá um sentido mais amplo ao conceito de múltipla determinação da realidade psíquica (Vital Brazil, 1992: 56).

Segundo ele, Aulagnier faz trabalhar a originalidade da descoberta freudiana de uma particular concepção da memória – memória afetiva -, associada ao conceito de recalque primário (*Urverdrangung*), bem como as antinomias e conflitos inaugurais de um curso vital. A memória das primeiríssimas experiências, que se mantém sob recalque originário, tem um status metapsicológico fundamental na obra freudiana, embora seja abordada de diversas formas, ou a partir de metáforas diferentes. Freud usa vários termos tais como: “traço mnêmico”, “facilitação”, “signo de percepção”, “resíduo da escrita no bloco mágico”, “representação inconsciente”.

O estatuto da representação pictográfica de Aulagnier esbarra na noção lacaniana do traço unário. De acordo com Chemama (1995), o traço unário é “o que resta do figurativo, do que é apagado, recalcado, e até mesmo rejeitado” (Chemama, 1993: 125). Aulagnier (1975) reconhece a contribuição lacaniana: “poderíamos, efetivamente, dizer que o objeto só é metabolizado pela atividade psíquica do *infans* se e na medida em que o discurso da mãe dotou-o de um sentido testemunho por sua nomeação. Assim, ingerido com o objeto, Lacan verá a introjeção originária de um significante, a inscrição de um traço unário”. Ela concorda, contudo, em seguida, marca uma diferença: “Nós nos separamos dele no que se refere ao destino desta incorporação: o originário ignora o significante, ainda que este último permaneça o atributo necessário para que o objeto se preste à metabolização radical que o processo lhe faz sofrer” (Aulagnier, 1975: 107).

Com essa premissa, a autora anuncia um problema relacionado ao trabalho do recalque. Se ela admite que o objeto metabolizado pelo processo originário é, inicialmente, proveniente da relação com a mãe, ela supõe que o material que o *infans* metaboliza é um fragmento do mundo que está de acordo com a interpretação de um aparelho psíquico que já sofreu o processo do recalque. A consequência disso é que “a psique se apropria de um objeto marcado pelo princípio da realidade, metabolizando-o em um objeto modelado apenas pelo princípio do prazer”. (...) “O humano caracteriza-se pelo fato de confrontar, desde a origem, a atividade psíquica a outro-espaco, o qual se revelará sob a forma imposta pelo discurso que o fala: discurso que prova a ação exercida pelo recalque” (Aulanier, 1975: 108). Esta perspectiva lança uma luz a respeito do que irei trabalhar na seção seguinte.

Antes, porém, uma última observação: para designar o pictograma, Aulagnier utiliza a palavra *pictographique* derivada de *pictographie* que, por sua vez, vem do latim *pictus* = desenhar, pintar. No *Dictionnaire Encyclopédique Quiller* (1950) o pictograma é definido como o método de escritura primitiva representando as idéias por meio de cenas, de objetos desenhados¹⁹.

Valabrega (2001) valoriza a criação da autora, no entanto, destaca um ponto fraco. O termo pictograma denota o grafismo, a escritura – de onde o nome escritura pictográfica – o que implica destacar a visão como função primordial. Contudo as representações de coisa, inconscientes, podem ser provenientes das percepções sensoriais de todos os sentidos: o auditivo, o tátil, o gustativo e, claro, o visual. Desta forma, ele considera que o termo “traço mnésico”, “engrama” ou “impressão” seria mais apropriado, pois não privilegiaria a imagem visual.

Este momento inaugural do psiquismo está absolutamente articulado à questão do afeto. Diferente de André Green, Aulagnier não se aprofundou nas questões tão complexas que envolvem o conceito de afeto na teoria freudiana. Contudo, ela propõe que se defina como emoção “todo estado afetivo do qual o Eu pode tomar conhecimento.” Ou: “ver na emoção a forma adquirida e a transformação sofrida pelo afeto, enquanto experienciado pelo Eu” (Aulagnier, 1992: 22). O que ela pretende ressaltar é que, independente de sua qualidade, toda emoção é consequência do elo que se estabelece entre um encontro atual e um

¹⁹ “Méthode d’écriture primitive représentant les idées au moyen de scènes, d’objets dessinés”, pág. 3642.

encontro passado. A importância deste elo é fundamental, pois é ele quem permite que as palavras tornem o afeto que acompanhou um momento relacional vivido num passado distante dizível.

3.3

O conceito de violência

A ponte que Aulagnier constrói entre o que ela nomeia como “estado de encontro” e o conceito de violência sustenta-se na idéia de que se o homem pudesse ser definido por uma única característica, esta seria o efeito de antecipação, na medida em que ele não tem como escapar de confrontar-se com uma experiência, um discurso, uma realidade que, freqüentemente, se antecipam às suas possibilidades de resposta.

A partir do postulado de que a oferta precede a demanda, formulado em seu trabalho “Demanda e identificação”²⁰, indicando que o seio é dado antes que a boca o demande, Aulagnier estende esta defasagem para o domínio do sentido, afirmando que “a palavra materna descarrega um fluxo portador e criador de sentido que antecipa largamente a capacidade do *infans* para reconhecer e assumir a significação” (Aulagnier, 1975: 36).

O primeiro “não- Eu” com o qual o *infans* tem contato é a mãe. Este fato lhe atribui uma função primordial de porta-voz, tanto no sentido de ser a primeira a “portar a voz”, ou seja, a levar os sons, a palavra e a linguagem para a criança; quanto em seu aspecto de primeiro representante da cultura.

No nosso sistema cultural a mãe ainda possui o privilégio de ser o enunciador e o mediador para o *infans* do discurso ambiente. Por isso, o discurso materno comparece como agente e responsável pelo efeito de antecipação imposto àquele de quem se espera uma resposta além daquela que ele pode fornecer. De uma forma pré- digerida e pré-formulada ela transmite as injunções, as interdições deste discurso ambiente e indica os limites do possível e do lícito. Em razão disto, a mãe ganha função de porta-voz, função esta que indica o que é o fundamento de sua relação com a criança. Esta função não deve ter nada de aleatório, ao contrário, ela deve revelar o fato de a mãe também estar submetida às mesmas leis

²⁰ Aulagnier, P. “Demanda e identificação”, in: Um intérprete em busca de sentido I, 1990.

que o seu filho(a). Estas leis dizem respeito ao sistema de parentesco, à estrutura lingüística e aos efeitos que os afetos operantes no campo fantasmático exercem sobre o discurso. Este trinômio consiste na base da violência primária que, por sua vez, responde pelo fato deste encontro mãe-bebê possuir um caráter específico: a diferença entre as estruturas a partir das quais os dois espaços psíquicos organizam a representação do mundo. “O fenômeno da violência, conforme o entendemos aqui, refere-se em primeiro lugar à diferença que separa o espaço psíquico da mãe, onde já houve a ação do recalque e a organização psíquica própria ao *infans*” (Aulagnier, 1975: 38).

A partir desta diferença estrutural, a autora apresenta-nos duas noções de violência: **violência primária** e **violência secundária**. Quanto à primeira, “trata-se de uma ação necessária, cujo agente é o Eu de outro, tributo que a atividade psíquica paga para preparar o acesso a um modo de organização que se fará em detrimento do prazer e em benefício da construção futura da instância chamada Eu”. Já a segunda “exerce-se entre o Eu, quer se trate de um conflito entre Eus ou de um conflito entre o Eu e o *diktat* [ditadura] de um discurso social, que não tem outra finalidade se não a de se opor a qualquer mudança nos seus modelos” (Aulagnier, 1975: 36). A violência primária é constitutiva do Eu, ao passo que a violência secundária pressupõe a existência do mesmo.

A categoria de “necessário” é muito cara à Aulagnier, à medida que ela se coloca no cerne da questão da violência, já que o *infans* representa-se em seu estado de necessidade ou satisfação, próprios ao seu desamparo primordial, enquanto a mãe interpreta os efeitos destas representações antecipando-lhe uma significação. De um lado, o registro da necessidade, de outro, o registro do desejo. A violência opera aí, visando alcançar o seu objetivo: “converter a realização do desejo de quem a exerce no objeto demandado por aquele que a sofre” (Aulagnier, 1975: 41). Em função desta manobra, as características constitutivas desta violência passam despercebidas pelos dois protagonistas. As conseqüências disto serão examinadas mais à frente.

Antes, considero importante marcar o ponto a partir de onde Aulagnier construiu os dois conceitos apresentados acima. Assim como Lacan, ela parte da premissa de que todo indivíduo nasce num meio de linguagem que, durante certo tempo, é representado pelo meio familiar. Este “micro meio”, como ela designa-o, é composto pelas forças libidinais que o organizam, bem como pelo discurso e

pelo desejo do casal parental. Ela convida-nos a analisar este “meio psíquico” postulando cinco fatores determinantes para o destino da constituição subjetiva:²¹

- o porta-voz e sua ação repressora, efeito e finalidades próprias do discurso materno;
- a ambigüidade da relação da mãe ao “saber-poder-pensar” da criança;
- o reforço da violência imposta pelo que chamamos a linguagem fundamental, isto é, a série de enunciados “pré-formativos” que virão nomear o vivenciado, transformando o afeto em sentimento;
- aquilo que, do discurso do casal, retorna à cena psíquica da criança para constituir os primeiros rudimentos do Eu;
- o desejo do pai de ter filho e, mais ainda, o desejo por esta criança.

A constelação familiar em relação à qual Aulagnier construiu este arcabouço teórico é distinta da atual. Contudo, minha aposta é a de que estes fatores continuam presentes, ainda que vestidos com outras roupagens.

Há, ainda, dois outros aspectos da violência a serem mencionados. O primeiro deles, **a violência da antecipação**, está baseado na relação do porta-voz com o corpo do *infans*, como um objeto de seu saber²²; o segundo é a relação entre este mesmo porta-voz e o que Aulagnier designa como ação do recalque. Estas duas relações levam à problemática identificatória “que tem como eixo a transmissão, de sujeito a sujeito, de um recalque necessário às exigências estruturais do Eu” (Aulagnier, 1975: 135).

A idéia de violência da antecipação ganha consistência com a noção de “sombra falada”:

O que chamamos sombra é, portanto constituído de uma serie de enunciados que testemunham o desejo materno referente à criança; eles constituem uma imagem identificatória que antecipa o que será enunciado pela voz deste corpo ainda ausente. [...] Ela é, portanto, aquilo que, do objeto impossível e interditado deste desejo, pode transformar-se em dizível e lícito (Aulagnier, 1975: 140).

Toda esta formulação coloca em cena um desejo que Aulagnier considera fundamental, que é o desejo de ter filho. Ela questiona-se se este desejo não seria um deslocamento do desejo de ter um filho da mãe que, por sua vez, transformou-

²¹A lista que se segue está conforme as páginas 105-6 do livro “A violência da interpretação” (1975).

²² Vale lembrar que, em geral, é a mãe quem ocupa o lugar de porta-voz, como vimos anteriormente.

se em desejo de ter um filho do pai, quando da passagem à dialética edipiana. Para dar conta desta pergunta ela apresenta uma seção intitulada “Conjugação e sintaxe do desejo” que, dentre tantas indicações preciosas, marca o fato de que “este desejo vem certificar ao *infans* que ele não é o simples resultado de um acidente biológico” (Aulagnier, 1975: 148).

A sombra projetada pelo discurso materno também pode ser encontrada no universo da relação amorosa. A diferença é que, nestas situações, a sombra representa a idealização que o Eu projeta sobre o objeto amado sem, contudo, anular o que este objeto pode lhe apresentar em termos de contradição ao desejo projetado. Isso significa que há possibilidade de diferença entre sombra e objeto.

Na relação mãe-*infans* o mesmo não ocorre, uma vez que, nessa primeira fase da vida, o bebê, por não poder fazer uso da palavra, fica impossibilitado de contradizer os enunciados maternos, permitindo à sombra, manter-se fora de qualquer contradição por parte de seu suporte (o bebê). Em função disso, passa a haver uma concordância entre o que a mãe deseja e o que o psiquismo do bebê demanda. “Para ambos permanece desconhecida a violência por uma resposta que predetermina, para sempre o que será demandado, assim como o modo e a forma que adquirirá a demanda” (Aulagnier, 1975: 151).

É interessante notar que esta fase tem um caráter pré-formativo e, por isso, fundamental. Esta antecipação oferece ao sujeito a possibilidade de transformar em significação – de amor, de desejo, de agressão, de recusa -, acessível e partilhável pelo meio, o indizível e o impensável do originário. Este trabalho sobre o vivenciado pelo bebê, inicialmente realizado pela mãe, instrumenta-se e justifica-se pelo saber que ela se outorga sobre as necessidades deste corpo e deste psiquismo.

Por outro lado, este mesmo trabalho porta uma dimensão de risco: trata-se do risco do excesso que, no melhor dos casos, não se atualiza, mas cuja tentação está sempre presente no psiquismo materno. Este risco diz respeito a um desejo materno que, em geral, permanece desconhecido e inconfessado e que pode ser formulado como o desejo de preservar o “*status quo*” desta primeira relação, isto é, desejo de preservar o que, durante uma fase da existência (e somente durante uma fase) foi legítimo e necessário. Se a mãe não consegue renunciar a este desejo de “que nada mude”, ele passa a ser um desejo ilícito, na medida em que o seu sentido é absolutamente subvertido. Aulagnier ilustra esta situação referindo-se

àquelas mães que se sacrificam em função do que elas consideram ser o melhor para os seus filhos, sem dar-se conta do abuso de poder que estão exercendo.

Há, ainda, outro aspecto da violência – **a violência da interpretação** – que, em última instância, amarra todos os aspectos anteriormente abordados. É possível ver nesta violência operada pela interpretação da mãe sobre o conjunto das manifestações do vivenciado pelo *infans*, a ilustração paradigmática da definição de violência primária; ao mesmo tempo, podemos perceber que o excesso, quando extrapola a dimensão do risco, constitui-se no que Aulagnier define como violência secundária. A mãe precisa renunciar ao desejo de ser esta oferta contínua, necessária à vida do bebê neste momento inicial de sua vida, “desejo de ser por ele reconhecida como esta única imagem dispensadora de amor” (Aulagnier: 1975: 151).

Aulagnier apresenta uma nova função que, assim como as anteriores, é esperada e pré-anunciada pelo discurso materno: a atividade de pensar. A aquisição do pensamento constitui-se como um momento muito delicado desta relação mãe-bebê, na medida em que a capacidade de intelecção da criança atesta, para a mãe, o sucesso ou o fracasso de sua função materna. As primeiras manifestações efetivas desta atividade, representadas pela aprendizagem das primeiras palavras, colocam a mãe a salvo de um medo muito grande: de que seu filho não saiba pensar.

Por outro lado, esta atividade possui uma característica interessante: ao mesmo tempo em que ela é a primeira atividade cujas produções podem permanecer desconhecidas para a mãe, ela permite à criança descobrir as mentiras maternas e compreender o que a mãe não gostaria que ela soubesse:

Vemos instalar-se uma estranha luta na qual, do lado da mãe, ela tentará saber o que o outro pensa, tentará ensiná-lo a pensar o bem ou o bem pensar, definidos por ela, enquanto que, do lado da criança, aparece o primeiro instrumento de autonomia, de uma recusa, que não coloca diretamente em perigo a sua sobrevivência (Aulagnier, 1975: 154).

Este é um momento fundamental para Aulagnier na medida em que marca o quanto é estreita a distância que separa o necessário do abusivo, o estruturante do desestruturante. Em última instância, quando esta atividade de pensar é violada pela mãe, a criança é despojada de todo o direito autônomo de ser, direito este que

passa pela possibilidade de um pensar autônomo que, por sua vez, comporta o “direito ao segredo”²³. A autora localiza no abuso de poder exercido pela mãe - quando esta pretende que o pensamento da criança venha obedecer a um modelo pré-estabelecido e imposto por ela -, o primeiro responsável pela constituição de um delírio.

Valorizando a dica de Freud acerca da importância da descoberta da mentira parental à pergunta da criança sobre a origem, Aulagnier afirma que esta descoberta conduz a outra: a criança percebe que ela própria pode mentir, pode esconder uma parte de seus pensamentos. Mais ainda, pode pensar aquilo que ela não sabia que podia e aquilo que ela sabe que não deveria ser pensado. “Enunciar uma mentira é enunciar um pensamento do qual se sabe ser a negação de outro que se guarda em segredo” (Aulagnier, 1976: 268). A descoberta desta capacidade produz o primeiro golpe na crença da onipotência parental, daí toda a sua importância. Deparar-se com o fato de que o discurso pode dizer o verdadeiro ou o falso é tão fundamental para a criança quanto descobrir a diferença dos sexos, da mortalidade e dos limites do poder do desejo.

Entra em cena, então, a questão da dúvida, em contraposição à certeza, que era própria às construções do originário e do primário. Numa fase em que a criança ainda é muito dependente do cuidado dos outros - e isso não é sem consequência -, é importante ela poder perceber que, apesar disso, ela pode criar “objetos”, seus pensamentos, que não saiam do âmbito do privado.

Esta conquista, no entanto, traz uma série de exigências às quais o Eu não pode eximir-se caso queira preservar o seu direito de cidadania no campo social e sua participação na cultura. Ou seja, pensar é um trabalho necessário, porém, um trabalho que nos dá pouco sossego e nenhuma garantia quanto as suas consequências. Sendo assim, como manter esta atividade? Segundo Aulagnier, outorgando-se o direito a um pensar que não esteja alienado ao discurso que permite que o sistema cultural e o sistema de parentesco tenham sentido. Isto é, o Eu deve poder opor “a inalienabilidade de seu direito de gozo sobre certos pensamentos, seu direito de pensar secretamente e de experimentar prazer com isso” (Aulagnier, 1976: 271).

²³Cf. Aulagnier, P. “O direito ao segredo: condição para poder pensar” (1976). In: Um intérprete em busca de sentido I, 1990.

A atividade de pensar renova o compromisso da relação mãe-criança na medida em que, desde o seu início, é sobre ela que a mãe cristaliza o conjunto de suas demandas e do que ela espera como resposta. Esta nova atividade deve provar-lhe o fundamento de seu “saber” sobre o que deve “ser pensado” pela criança. Este é o disfarce que interdita o pensamento da criança, induzindo-a a só pensar aquilo que já foi pensado pela mãe. Eis, novamente, o excesso da violência, contra o qual o Eu, se quiser continuar a existir, muitas vezes, defende-se através do delírio.

Por outro lado, a aquisição da capacidade de pensar é o que permite à criança certa autonomia em relação às verdades transmitidas pelas suas primeiras relações. Conforme ela vai crescendo, o seu meio social vai se ampliando e, com isso, ela vai adquirindo a possibilidade de estabelecer um contrato com ele, designado por Aulagnier, como “contrato narcisista”, determinante na sua capacidade de conjugar o futuro.